

Cruzar fronteiras e habitar territórios: a experiência de migrantes latino-americanas

Lara Girardi Caitano

Orientação: Profa. Dra. Sabrina Fontenele (Escola da Cidade).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, Escola da Cidade, 2020.

Este artigo trata da vivência de mulheres imigrantes na cidade de São Paulo. Tendo em vista o fenômeno da feminização do processo migratório, buscou-se compreender e analisar essa experiência em contraposição à ideia de uma experiência migratória universal, referente à figura masculina. A partir de relatos de oito migrantes latino-americanas, foram investigadas as relações destas com a cidade e com o espaço doméstico por elas habitado. Nesta pesquisa, a ênfase na casa busca evitar a

lógica segundo a qual a mulher pertenceria ao lar. Entende-se, pelo contrário, que se trata de uma construção social. A reflexão sobre a casa se deu pela especulação das relações subjetivas e pelos direitos civis, sendo de interesse compreender de que maneira esse espaço reflete ou influencia na experiência migratória. Também se analisa em que medida o espaço doméstico pode manifestar a cultura de origem como lugar de memória e construção do sentimento de pertencer ao país de acolhida.

Palavras-chave: migração; gênero; habitar.

Crossing borders and inhabiting territories: the experience of Latin American migrants

The article examines the experience of immigrant women in the city of São Paulo. Starting from the phenomenon of the feminization of the migratory process, we sought to understand and analyze this phenomenon in the experience of women, in opposition to the idea of a universal migratory experience referring to the male figure. Based on interviews with eight Latin American migrants, their relationship with the city, and the domestic space they inhabited was investigated. In this research, the emphasis on the house seeks to avoid the logic in which the woman belongs to home, on the contrary, it is understood that this is a construction. The reflection about the house was shaped by the speculation of subjective relations and rights, understanding how this space reflects or influences the migratory experience. It also investigates the extent to which the domestic space expresses the culture of origin as a place of memory and construction of the feeling of belonging to the host country.

Keywords: kerness; migration; gender; inhabit

Cruzar fronteras y habitar territorios: la experiencia de las migrantes latinoamericanas

Este artículo presta especial atención a la experiencia de las mujeres inmigrantes en la ciudad de São Paulo. Ante el fenómeno de la feminización del proceso migratorio, se buscó comprender y analizar las experiencias de las mujeres, en oposición a la idea de una experiencia migratoria universal, referida a la figura masculina. A partir de los relatos de ocho migrantes latinoamericanas se investigó su relación con la ciudad y el espacio doméstico que habitaban. En la presente investigación, con énfasis en el hogar, se busca evitar la lógica en donde la mujer pertenece al hogar y, por el contrario, se entiende que esto es una construcción social. La reflexión sobre la casa se basó en la mirada sobre las relaciones subjetivas y los derechos civiles, interesando comprender cómo este espacio refleja o influye en la experiencia migratoria. También se indaga en qué medida el espacio doméstico expresa la cultura del origen, como espacio de memoria y construcción del sentimiento de pertenencia al país de acogida.

Palabras clave: migración; género; habitar.

1. INTRODUÇÃO ÀS INTERLOCUTORAS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Do deslocamento entre fronteiras ao deslocamento intraurbano, a população migrante participa e transforma paisagens e relações de sociabilidade estabelecidas no território onde habitam. A cidade, espaço de encontro e de confronto de perspectivas, intensifica essa característica ao receber fluxos migratórios e acolher de formas distintas os diferentes atores deste processo. Migrantes latino-americanas — grupo múltiplo em raça, identidade de gênero, orientação sexual e classe — confrontam lógicas conservadoras ao se deslocarem por entre fronteiras nacionais e territórios urbanos. Dentro dessa realidade, migrantes organizadas em coletivos reivindicam suas demandas e sua participação na cidade através de manifestações de suas culturas de origem.

A partir de entrevistas com migrantes latino-americanas e referenciais teóricos, o presente artigo investiga a experiência da migração através de uma perspectiva de gênero. Metodologicamente, utiliza-se dos relatos pessoais como um dado qualitativo que traz informações sensíveis sobre a história de migrantes e as insere na pesquisa não de forma passiva, mas como sujeitos de proposição e demanda. Para designar as migrantes que participaram da pesquisa, optou-se por caracterizá-las como interlocutoras, na intenção de evidenciar o papel ativo de suas falas sobre os significados que a cidade de São Paulo e a casa detêm em suas experiências de deslocamento.

Ao fim, foram realizadas oito entrevistas com mulheres de cinco países diferentes: Andrea Villalobos, Gina Paola Osório, Laura Catalina e Nilen Cohen (Colômbia); Cecília Yzarra (Peru); Martina Parra (Chile); Dania Inayeh Gudiño (México) e Valéria Herrera (Argentina). As interlocutoras pertenciam a uma faixa etária entre 30 e 41 anos, e o tempo de permanência no Brasil variava de quatro a doze anos. Todas possuíam situação migratória regularizada e, dentre as migrantes, cinco moravam com seus companheiros, duas moravam sozinhas e uma alugava um quarto em uma casa compartilhada. No decorrer de 2020, quatro interlocutoras optaram por sair da capital paulista e morar em outras cidades

brasileiras. É importante dizer que duas delas são mães.

Esta pesquisa, por ter sido conduzida entre abril e novembro de 2020 — período marcado por restrições nos deslocamentos e isolamento —, foi realizada de modo totalmente virtual, tanto as entrevistas como a interação com os coletivos na participação dos ensaios e encontros organizados por eles. As entrevistas se deram em duas etapas, um primeiro bloco em agosto e setembro, e outro em outubro, seguindo uma espécie de rede, na qual cada migrante sugeriu o nome da entrevistada subsequente. A interação via vídeo-chamada permitiu que o espaço doméstico das interlocutoras fosse, em certa medida, apreendido e apresentado ao longo da conversa.

Em agosto e setembro, foram entrevistadas cinco migrantes envolvidas ou próximas ao coletivo de danças colombianas *Prende La Vela*. Natural de Bogotá, Nilen migrou em 2012 como intercambista pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), algum tempo depois conseguiu ingressar como aluna regular em Artes Visuais. No início de 2020, passou a viver no Rio de Janeiro. Andrea chegou ao Brasil em março de 2015, na ocasião seu atual marido estava estudando em Viçosa (MG) e ela optou por morar em São Paulo pelas oportunidades de emprego. Em 2012, Gina veio fazer um mestrado na área da saúde em São Paulo e, com a pandemia, ela e o namorado — que moravam em uma quitinete na área central — decidiram se mudar para o interior de Minas Gerais. Cecília migrou em 2009 para a cidade de Salto (SP) e, na ocasião, estava casada com um brasileiro; com o fim do relacionamento, decidiu se mudar para São Paulo, capital. Laura chegou ao Brasil em 2016 com a motivação de aprender português.

Em outubro, as conversas foram realizadas com três migrantes professoras no projeto de ensino Espanhol por SP. Criadora do coletivo, Dania chegou em São Paulo em 2008, com 18 anos. Após muito tempo vivendo na cidade, o cenário de isolamento e a experiência da maternidade influenciaram sua decisão de mudar para o interior. O mesmo ocorreu com Martina — nome fictício solicitado pela interlocutora —, que migrou em 2015 junto do seu companheiro. É professora, musicista

e ativista pelos direitos da população migrante na Equipe Base Warmis. Valéria deixou a Patagônia na Argentina em 2016 para morar em São Paulo.

O uso do recurso das entrevistas se deu pelo entendimento da força dos depoimentos. A pesquisa também buscou abordar a vivência de imigrantes como sujeitos políticos e atuantes em seus contextos, a partir da noção de agenciamento, isto é, da experiência migratória marcada pela possibilidade da negociação e manipulação de estruturas de opressão (PISCITELLI, 2008).

Ao enfrentar as questões referentes à migração, torna-se evidente a importância de tratar a esfera do trabalho — especialmente a partir do levantamento bibliográfico utilizado na pesquisa. Entretanto, no artigo, a temática laboral é tratada em relação ao espaço de morar. A precarização da mão de obra migrante é recorrente tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, em que a classe é direcionada para os setores menos desejados entre os cidadãos e cidadãs autóctones. No caso das mulheres, essa problemática é somada ao processo histórico de desvalorização do trabalho feminino e à divisão sexual do trabalho, que destina as migrantes para ocupações relacionadas às atividades do cuidado ou fortemente associadas às funções femininas — como oficinas de confecção ou trabalho doméstico. E, frequentemente, ocorrem casos em que o espaço do trabalho é compartilhado com a moradia, sem a separação entre as relações sociais tidas como públicas ou privadas, nem espaço para a intimidade. Essas são algumas das características que acrescentam à análise informações sobre como se constituem as relações das mulheres imigrantes com os espaços de moradia e, conseqüentemente, da cidade.

2. TERRITORIALIDADE MIGRANTE: ENTRE DESLOCAMENTOS E DIREITOS

Frente às restrições do norte global à entrada de imigrantes, constitui-se no cenário das migrações internacionais do século XXI as migrações sul-sul. Esses deslocamentos de pessoas que se dão entre os países da América Latina, ou em sua direção, indicam novas

complexidades no âmbito da mobilidade humana contemporânea (BAENINGER, 2018). Entretanto, o fluxo migratório latino-americano para a cidade de São Paulo existe desde a década de 1950, devido a acordos bilaterais com países sul-americanos, intensificando-se a partir dos anos 1980 e 1990 por conta de crises econômicas, climáticas e conflitos armados (SILVA, 2008). Migrações mais recentes, como a venezuelana, haitiana e colombiana, unem-se às nacionalidades que possuem fluxos migratórios consolidados e redes sociais estabelecidas como a boliviana, peruana e paraguaia (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018). Dessa forma, esses grupos convivem na cidade desenvolvendo relações de sociabilidade e configurando territórios de pertencimento (VÉRAS, 2017).

No tecido urbano de São Paulo, é possível identificar maior presença de imigrantes na região central, nos anéis periféricos da cidade, nas regiões associadas a determinadas atividades econômicas — como as oficinas de confecção de costura e comércio popular — e também nas regiões de menor custo de aluguel. Os bairros que se estendem a partir da região central em direção à zona leste com os distritos da Sé, Brás, Pari e Bom Retiro caracterizam-se pela presença de diferentes nacionalidades; o mesmo ocorre na Liberdade, Mooca e Bela Vista. Tanto nos bairros ocupados pelas migrações contemporâneas quanto nas históricas — migrações relacionadas ao período de industrialização e expansão urbana, sobretudo de fins do século XIX até a primeira metade do século XX —, as populações migrantes ocuparam e redefiniram esses territórios da cidade. Todavia, essas distinções entre nacionalidades e fase migratória associadas à territorialidade não são fixas. Em muitos bairros existe uma coocupação com migrantes e refugiados de diferentes países e realidades socioeconômicas, assim como um deslocamento intraurbano conforme os grupos ascendem socialmente (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018). Esses deslocamentos criam novas paisagens culturais na medida em que grupos com diferentes etnias, modos de viver e de habitar ocupam outras regiões da cidade.

As transformações nas dinâmicas migratórias estão inseridas numa lógica de disputa e produção do espaço na qual

os grupos de migrantes criam formas de sociabilidade e ocupação do território da cidade. Para Luís Felipe Magalhães, Lúcia Bógus e Rosana Baeninger (2018, p.77), "a migração é produto e produtora da forma com que se organiza o espaço urbano em São Paulo". Além disso, apontam que a localização urbana é um "elemento diferenciador" dos capitais sociais e econômicos de imigrantes.

Convém destacar, no entanto, que essa cidade que recebe atualmente imigrantes e refugiados e os abriga sob diferentes contextos de segregação socioespacial, também ela foi produzida por distintos processos históricos de migração [...] A cidade, com isso, cria e recria seus subalternos, abrigando-os em territórios determinados, espaços sociais marcados por estigmas e discriminações. Se o italiano deu lugar, em alguns bairros, a outras nacionalidades é por que novas hierarquias étnico-sociais foram produzidas a partir das transformações econômicas e urbanas na cidade (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018, p.77-78).

Portanto, em regiões segregadas e estigmatizadas é que uma parcela significativa de imigrantes encontra moradia. No relato a seguir, uma das interlocutoras conta sobre a vivência que teve morando no Glicério. A presença de imigrantes e refugiados na região se dá em grande parte pela Casa do Migrante — abrigo da Missão Paz — localizada na rua Glicério, a casa é reconhecida pelo trabalho de apoio e atendimento desses grupos. Outros dois espaços de acolhimento temporário são o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crai) e a Casa de Passagem Terra Nova ambas na Bela Vista.

No início, foi difícil morar em São Paulo porque no meu país eu sempre tinha morado em cidades pequenas, aqui também foi a primeira vez que eu morei em um apartamento. Nesses primeiros anos, foi importante morar perto do metrô, o deslocamento e ocupação da cidade era muito fácil na minha vivência e eu tinha um espaço para mim. Nós procuramos sempre ter um lar, muitas migrantes que eu conheço

não conseguem ter acesso a um espaço para elas, moram em repúblicas quando estão sozinhas ou alugam um quarto dentro de outra casa quando são mães e muitas, por estarem irregulares, vivem em condições de vida ruins. Depois eu fui morar perto da rua Glicério, uma rua perto da Nossa Senhora da Conceição em Cambuci. Minha rua tinha muitos cortiços, muitas pensões onde moravam haitianos e africanos. Uma rua de muita migração e por isso a gente gostava de estar lá. Tinha muita vida de bairro, era como uma ilha dentro da Aclimação, todas as casas bonitas e essa rua era a quebrada. Mas tinham mulheres morando em espaços muito pequenos com famílias inteiras. Quando começou a pandemia ficou mais difícil, na minha rua era como se não existisse coronavírus porque como os quartos não têm muita luz, as mães tinham que sair para os filhos ficarem um pouco fora e pegarem sol. A cidade é cara e para ter boas condições é difícil. Para nós é muito importante sentir que temos um lar, sobretudo quando temos família. (PARRA, Martina. Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

É interessante notar que, mesmo reconhecendo a condição de vida precária da região, o que atrai Martina é o fato de ser um território multicultural ocupado por migrantes, possivelmente pela sensação de pertencimento proporcionada por essa condição. Em seu relato, Martina aponta que ter morado próximo ao metrô permitiu que ela pudesse se deslocar com facilidade, conhecendo e ocupando a cidade. Destaca-se, portanto, a importância de um modelo de mobilidade urbana que permita o acesso igualitário aos bens culturais e oportunidades que a cidade tem a oferecer.

A fala da migrante chilena evidencia a dificuldade no acesso à moradia digna. Assim como ocorre com parcela significativa dos cidadãos e cidadãs nacionais, as condições de moradia são de extrema precariedade: superlotação, dimensões pequenas, sem ventilação ou

iluminação, sem acesso ao serviço público de esgoto, compartilhamento com o espaço de trabalho, etc. Alguns chegam até mesmo a ficar em situação de rua. Para muitos imigrantes, existe uma estreita relação entre a situação migratória irregular e o trabalho informal mal remunerado que, por sua vez, está associada à dificuldade de acesso ao mercado imobiliário ou a políticas públicas de habitação.

É difícil morar no Brasil, ainda mais em São Paulo, que costumam pedir fiador para alugar um apartamento, mas muitos imigrantes não têm família na cidade. Para retirar a documentação também é necessário um comprovante, então se você mora numa pensão ou república, é preciso que o proprietário vá ao cartório fazer um documento e, muitas vezes, eles não querem fazer. São várias limitantes. Quando você vai abrir uma conta no banco ou se você consegue um trabalho fixo com carteira assinada eles solicitam comprovante de endereço, se você não tem acaba perdendo oportunidades. Por isso foi frustrante não ter uma casa, você acaba perdendo o acesso a muitos direitos. (COHEN, Nilen. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Como eu já tinha trabalho por algum tempo, tinha o fundo do FGTS e utilizei para comprar o apartamento que estou morando agora. Moro aqui desde 2017, é um apartamento quitinete de um quarto que eu comprei com o programa Minha Casa Minha Vida. Minha realidade é diferente de muitos migrantes que eu conheci aqui porque eu trabalho com CLT. A grande maioria dos migrantes são autônomos, professores particulares, observo que a maior dificuldade para alugarem uma moradia é terem um aval ou conseguirem pagar por um seguro fiança. (YZARRA, Cecília. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios:

a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Segundo o relatório temático da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) para o direito à moradia da população migrante, as dificuldades para sua efetivação estão relacionadas a fatores como a inadequação das políticas habitacionais ou a cobertura dos planos sociais de habitação, obstáculos culturais, dificuldades associadas à condição jurídica, somados à urgência com que os migrantes recém-chegados buscam residência e a hostilidade, tanto por parte dos serviços de habitação pública como privada. A combinação desses fatores, portanto, acaba por limitar o acesso à moradia digna aos migrantes internacionais. Em 2016, São Paulo sancionou uma lei municipal que institui a Política Municipal para a População Imigrante com objetivos, diretrizes, ações prioritárias e proposta de criação do Conselho Municipal de Imigrantes. No artigo 7º desta lei, o inciso VI declara que entre as ações prioritárias deve-se "coordenar ações no sentido de dar acesso à população migrante a programas habitacionais, promovendo o seu direito à moradia digna, seja provisória, de curto e médio prazo ou definitiva" (SÃO PAULO, 2016). A lei considera como população migrante todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, independente de sua situação migratória e documental.

Quando eu cheguei na cidade, morei em São Miguel Paulista na Zona Leste, depois em vários outros lugares. Apesar de existirem iniciativas periféricas interessantes, a oferta cultural está muito centralizada, além disso, a maioria das pessoas que eu conheço moram na região central, então eu me sentia muito afastada do meu grupo. Tive sorte porque vagou um quarto na casa da minha chefe e ela aceitou que eu continuasse pagando o valor que pagava na república onde eu dividia o quarto com outras pessoas. No nosso acordo, eu também dava algumas aulas de espanhol para ela. Nessa época, eu trabalhei na ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria que foi atingida por um incêndio. Era um choque perceber

que eu tinha chegado no Brasil numa condição próxima aos moradores da ocupação, mas a oportunidade de morar com a minha chefe mudou a minha qualidade de vida. Era um choque ver as pessoas perderem o que tinham construído enquanto eu voltava para Pinheiros, onde talvez eu pagasse menos do que era pago na ocupação. (VILLALOBOS, Andrea. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Apesar de haver uma legislação que busca garantir o acesso à moradia para a população migrante, ainda existem barreiras — muitas vezes impostas pelo Estado — que impedem o exercício desse direito. Com isso, muitos imigrantes que não conseguem arcar com os custos do aluguel de mercado buscam ocupações de moradia como a Nove de Julho na região central da cidade. Organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), a ocupação atua como apoio para imigrantes e refugiados tanto no acolhimento com moradia, como também na inserção desses grupos na comunidade. Em parceria com o MSTC, foi criado o Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto de São Paulo (GRISTS). Um dos seus fundadores, o congolês Pitchou Luambo, aponta:

Estamos lutando muito para conseguir futuramente moradia definitiva e resolver outros problemas. As pessoas falam de trabalho escravo, mas não falam o que gera isso, que é a falta de moradia e documentação. Se resolvermos pelo menos esses dois problemas, a vida vai ficar melhor para os estrangeiros que vivem no Brasil e para os que chegarem no futuro. (BRANDINO, 2015).

Pitchou chama atenção para a questão da moradia que, algumas vezes, é deixada em segundo plano e, no entanto, é fundamental para o desenvolvimento de uma vida digna. A participação de imigrantes na luta por moradia dentro de organizações sociais reforça sua condição como sujeitos

políticos, assim como os movimentos sociais tornam-se também redes de apoio.

3. MULHERES NO PROCESSO MIGRATÓRIO: FIGURANTES OU PROTAGONISTAS?

Foi entre as décadas de 1970 e 1980 que a categoria de gênero apareceu pela primeira vez nos estudos sobre Migração Internacional, no entanto, a noção de "feminização do processo migratório"¹ e as estatísticas específicas que contemplam as mulheres são muito mais recentes. Esse é um fenômeno que tem acontecido ao redor do mundo: mulheres se movem de forma autônoma, ou protagonizam o papel de pioneiras do movimento familiar. Isto é, não mais relacionam-se a um movimento masculino prévio, mas, muitas vezes, iniciam um movimento migratório em seus núcleos familiares. Conforme o relatório de 2016 da ONU referente à migração internacional, as mulheres representam quase 50% do número de migrantes mundiais, enquanto na América Latina são 50,4%.

A produção acadêmica a partir do fenômeno da feminização migratória coloca luz sobre o fato de que corpos e identidades distintas vivenciam experiências distintas. Desse modo, destaca-se a importância de se pensar pesquisas e políticas públicas voltadas à população imigrante que levem em consideração essas diferenças. "É fundamental que se compreenda que as relações de gênero, os papéis e as hierarquias influenciam o processo migratório e produzem outcomes diferentes para as mulheres em todos os estágios do processo migratório" (MIRANDA, 2011, p.198). O foco exclusivo na figura masculina, por exemplo, impede a apreensão das complexidades presentes na experiência migratória feminina, restando às mulheres o papel de acompanhantes, sem que sejam "percebidas como sujeitos no processo migratório" (ASSIS, 2007, p.748). Portanto, a "maior visibilidade das mulheres nas migrações internacionais recentes contribuiu para problematizar as visões cristalizadas" sobre esse processo (ASSIS, 2007, p.747).

A noção de "projeto migratório" é tema que perpassa as investigações dedicadas às mulheres migrantes, sobretudo na busca pelas motivações e o grau de protagonismo

no processo. A pesquisa de Joana Miranda, "Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas" (2011) é uma análise, a partir da perspectiva de gênero, sobre um estudo com 24 mulheres imigrantes em Portugal. A partir de entrevistas e relatos, a pesquisadora busca responder indagações como: a migração aumenta o estatuto da mulher? Como as políticas imigratórias afetam homens e mulheres? Como as políticas podem questionar e não reforçar as desigualdades de gênero?

Existem, na produção acadêmica brasileira, referências importantes como Rosana Baeninger, que coordena o Observatório das Migrações em São Paulo e dedica-se às migrações internacionais. Ela é autora e coautora de diversas produções sobre o tema e uma de suas pesquisas apresenta a experiência de bolivianas na cidade de São Paulo (BAENINGER, 2018). Já Délia Dutra, pesquisadora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), centra suas análises na vivência de mulheres imigrantes e na dimensão de seus trabalhos (DUTRA, 2013a; DUTRA, 2013b). Gláucia de Oliveira Assis, coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina, tem desenvolvido pesquisas na relação de gênero e migrações contemporâneas, com atenção especial às mulheres brasileiras emigrantes (ASSIS, 2007).

A experiência de muitas migrantes é marcada pela desvalorização e precarização da mão de obra feminina que, somada à dificuldade na regularização da situação migratória nas concessões de vistos, resultam numa maior vulnerabilidade na esfera do trabalho. A costura em oficinas de confecção é uma ocupação que costuma ser associada à mão de obra migrante, especialmente em São Paulo, onde são recorrentes as notícias sobre as condições precárias de trabalhadoras e trabalhadores do ramo. Além disso, muitas migrantes que chegam na cidade são direcionadas para ocupações profissionais específicas, como as funções vinculadas ao trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e o cuidado com idosos. Essa situação está relacionada ao aumento da mercantilização das tarefas do cuidado que, ao serem realizadas por migrantes, alguns estudos o nomeiam como "transferência transnacional da mão de obra materna" (DUTRA, 2013a).

Tanto no trabalho doméstico quanto nas oficinas, existem casos em que o espaço laboral é compartilhado com a casa. A experiência do trabalho informal e exaustivo que divide também o espaço físico com a moradia gera isolamento e invisibilidade dessas mulheres no território da cidade. Essas condições produzem a experiência de uma "privacidade coletiva" (CYMBALISTA; ROLNIK, 2007) como consequência da sociabilidade forçada em espaços de intimidade, vivenciados nas oficinas e nas casas de famílias empregadoras. Nessas situações, a delimitação da jornada de trabalho é dificultada e, frequentemente, leva à exploração destas mulheres que se encontram em confinamento. Outra decorrência desse cenário é o isolamento vivido no espaço doméstico e privado, onde as relações com seus empregadores e empregadoras são dúbias, ultrapassam a esfera formal, mas não se configuram como íntimas. Como evidenciado pela pesquisadora Délia Dutra, a interação com a cidade é amplamente reduzida e a vivência no país de residência se resume ao trabalho:

No entanto, já no caso de muitas dessas migrantes, ao ficarem morando e trabalhando no mesmo local, 'perdem' a instância que o resto dos trabalhadores têm de voltar para casa, para outro bairro, espaços onde podem assumir outros papéis diferentes daquele de ser trabalhadora doméstica, por exemplo, ser mães, esposas, namoradas, vizinhas, participantes da igreja, líder comunitária, estudantes, empreendedoras, etc. (DUTRA, 2013b, p.255).

De acordo com um levantamento realizado na cidade de São Paulo e Região Metropolitana, nos anos 2017 e 2018, pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes (CHDIC), um terço das dezoito trabalhadoras domésticas imigrantes e refugiadas que foram entrevistadas vivem nessa condição. Na investigação de Eloah Vieira (2020) sobre o trabalho doméstico na experiência migratória de bolivianas na cidade de São Paulo, cinco das dez interlocutoras viviam em seus trabalhos, das quais quatro dedicavam-se à costura. Já na tese de doutorado de Délia Dutra (2013b), na qual a pesquisadora acompanhou dez mulheres

peruanas que vivem em Brasília exercendo a ocupação de trabalhadoras domésticas, todas possuem a experiência da união entre o espaço trabalho-moradia.

Em pesquisa referente à experiência de bolivianas e peruanas que vivem indocumentadas em busca de cargos de trabalho no Brasil, são apresentados dados de 2015 do Ministério do Trabalho sobre autorizações concedidas para estrangeiros, nos quais a diferença foi de 32.479 autorizações para homens contra 4.389 autorizações para mulheres (ARAÚJO, 2016 apud BERTOLDO, 2018, p.318). Esses dados demonstram, portanto, que as migrantes estão mais suscetíveis a ocupar trabalhos informais, com menores salários e, possivelmente, com maior exploração. Somada a essa condição, a concessão de visto baseada na comprovação de trabalho formal juntamente à difícil validação de cursos técnicos e diplomas do país de origem dificultam a regularização da situação migratória das mulheres migrantes. Essa conjunção de fatores acaba por interferir no acesso à moradia e na vivência da cidade.

Contudo, para além das experiências de privação de direitos até aqui mencionadas, coexiste uma outra realidade na qual coletivos de mulheres imigrantes reivindicam por seus direitos ao construir redes de apoio e ocuparem a cidade com manifestações políticas e artísticas. Essas mulheres são sujeitos ativos dentro de suas redes, organização familiar e convívio comunitário.

Considera-se que a migração é um processo que se apresenta e se alimenta através de uma lógica em cadeia: após o movimento prévio iniciado por algumas pessoas, abre-se o caminho para a criação de um fluxo migratório. Uma vez instaurado esse fluxo, é bastante provável que exista uma rede de migrantes que atuem facilitando a vinda de novos migrantes. Essas redes não são necessariamente de cooperação pois, em alguns casos, colaboram com estruturas de exploração, como é o caso de bolivianos que articulam a vinda de novos migrantes para trabalharem nas precárias oficinas de confecção. Entretanto, é através da construção de núcleos de apoio que muitas mulheres migrantes encontram acolhimento nos países de trânsito e residência, tendo

essas relações um importante papel no desenvolvimento das migrações femininas.

Essas redes são constituídas através de laços familiares ou de amizades, mas também podem apresentar-se em forma de auxílio e através de organizações que atuam na assistência de populações migrantes. Algumas delas são direcionadas para o cuidado exclusivo de mulheres. Inseridas nessas organizações, muitas imigrantes participam como coordenadoras ou lideranças de seus bairros.

O coletivo surgiu dessa ideia de colocar um som e dançar com as pessoas. Não tinha um grande projeto, era estar na rua e fazer uma troca, aprender dançando. Para mim, a dança é algo muito forte e é uma das coisas que mais me faz sentir colombiana. Existe uma bandeira do meu país da qual eu já tenho muitas diferenças porque ela implica coisas muito complicadas. Mas a música, a dança e o fato do meu quadril se mexer quando eu escuto o tambor de uma forma específica me faz sentir que eu sou de lá. Porque é lá que os corpos se mexem dessa forma. (VILLALOBOS, Andrea. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Prende La Vela veio de um lugar de resistência, de querer falar sobre você. Dança é uma coisa que colombianos adoram. No coletivo, gostamos de espalhar algo muito da gente através da dança. (COHEN, Nilen. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Montar Español por SP foi relembrar como foi para mim ser valorizada pela minha cultura, e por isso eu queria dar esse apoio para outras migrantes. Valorizar a história que elas carregam, pensar como é ser mulher dentro desta situação de migrantes e quais são as

situações laborais que ela poderia ter. Tem sido muito bom trocar com outras nacionalidades, as pessoas costumam se fechar pelo país de origem, mas quando você trabalha com um conjunto de mulheres de outras nacionalidades é uma forma de apoio muito enriquecedor. Desde onde cada uma fala, o que a cada uma acrescenta. A nossa língua é uma forma de trabalho para nós imigrantes, poder ensinar é uma forma de trabalho. Estas mulheres que participam do coletivo são pessoas que realmente precisam deste trabalho para se manter. (GUDIÑO, Dania. Entrevista [out. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia "Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas").

Criado em 2018, o coletivo de danças colombianas Prende La Vela surgiu como um espaço de troca e encontro através dos ritmos e movimentos tradicionais da Colômbia. Os ensaios e apresentações, antes do contexto de isolamento social iniciado em 2020, se davam em espaços públicos da cidade — Oficina Cultural Oswald de Andrade, MASP e Mirante Nove de Julho — reunindo migrantes e não migrantes. Com o novo cenário, os encontros passaram a acontecer virtualmente, os encontros remotos possibilitavam que migrantes residentes de outras cidades brasileiras pudessem se encontrar para dançar. O coletivo também marca presença em desfiles culturais e manifestações políticas. Outra rede de apoio interlocutora na pesquisa foi o coletivo de ensino Español por SP, fundado pela migrante mexicana Dania. O grupo de professoras é formado por migrantes latino-americanas que, além das aulas particulares, organizam rodas de conversa em espanhol abertas ao público.

As ações desses coletivos são estratégias de enunciação e visibilização de suas demandas e produções, evidenciando a atuação das migrantes como agentes ativos e sujeitos históricos. Por meio das manifestações culturais, como a dança, música e ensino do idioma realizadas em espaços públicos, as iniciativas compartilham com não-migrantes

elementos que lhes são caros em sua cultura de origem. Assim, esses encontros tornam-se espaços de identidade e troca, onde se desenvolvem formas de resistência e redefinição dos estigmas a respeito da população migrante. São momentos de reivindicação de seus espaços de expressão e do direito de participarem da construção da vida cotidiana do território que habitam.

4. RELATOS SOBRE A CASA: A CONSTRUÇÃO DE UM LAR EM OUTRAS TERRAS

É possível olhar a casa como texto ou história através da qual os significados sociais e pessoais emergem, e o espaço doméstico transforma-se conforme a vida atravessa diferentes estágios (RUBBO, 1981). Investigar a habitação e o habitar tem sido um interesse comum de diferentes disciplinas na busca por compreender o indivíduo e a sua interação com o meio. As análises sobre a noção do habitar são, no entanto, muito mais recentes que os escritos e tratados sobre a construção — o objeto em si.

Em obra dedicada ao espaço, a antropóloga Marion Segaud (2016, p.97) declara: "Habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhe qualidades que permitam que cada um se identifique". Nessa afirmação está presente a ideia de reconhecer-se no ambiente habitado, que é tratado pela psicologia a partir da noção de "apropriação": "A apropriação devolve ao habitante a iniciativa, um papel ativo no espaço urbano e doméstico. Ela tira do silêncio os atos aparentemente sem importância pelos quais ele dá sentido ao seu hábitat e restitui a força do habitar" (PINSON, 1993 apud SEGAUD, 2016, p.101).

Na migração, a casa, se em condições adequadas, pode representar um território de certeza dentre as inúmeras incertezas que permeiam o ato de migrar. Pode ser o espaço da manutenção de cultura de origem e construção de pertencimento ao novo território, onde pousam as memórias e os sonhos simultaneamente. Aqui, interessa investigar os papéis que a moradia detém na experiência migratória das interlocutoras e quais os vínculos e interações são proporcionados

pelas casas por elas habitadas, ou seja, como o ambiente doméstico influencia e é influenciado pela experiência do deslocamento.

O espaço doméstico é permeado por hábitos cotidianos que constroem a “trama da vida social” (SEGAUD, 2016, p.97). Nesse sentido, a casa é constituída por meio de recorrências diárias — apropriações espaciais repetidas e relações sociais vividas no ambiente doméstico. Flávia Brito, Joana Mello, José Lira e Silvana Rubino organizaram o livro “Domesticidade, gênero e cultura material” (2017), no qual uma série de artigos abordam aspectos espaciais, modos de morar e memória dos lares modernos:

Apesar de indissociavelmente ligado à vida social, o espaço doméstico foi frequentemente pensado como seu avesso: domínio do privado versus o público, do silêncio versus o discurso, de necessidades e não da liberdade, do costume e não do acaso, lugar por excelência de exercício incontrastável do poder patriarcal sobre mulheres, crianças, servos, escravos, animais, terras, bens, recursos e outras coisas. (NASCIMENTO; SILVA; LIRA; RUBINO, 2017, p.27).

Desse modo, a esfera do privado carrega uma série de construções, práticas e normas que, a respeito dos papéis de gênero, moldam experiências e modos de ocupação do espaço habitado. Hilde Heynen e Gülsüm Baydar, em *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture* (2005), ressaltam que a domesticidade é uma construção do século XIX resultante da divisão sexual do trabalho de sociedades capitalistas. Essa distinção entre casa e trabalho opera através de uma narrativa que apresenta o espaço privado e o trabalho reprodutivo como naturalmente femininos (FEDERICI, 2019). A partir dessa construção, são destinadas às mulheres as atividades de manutenção da vida como os cuidados com pessoas, alimentação e limpeza. Na análise antropológica de Marion Segaud (2016, p.126), essas atividades “fazem parte dessas ações renovadoras no tempo, cujo objetivo não é somente deixar limpo, mas instituir uma relação com o mundo e com o outro. Também é uma ordenação de si ao mesmo tempo que do espaço”.

Quando eu morei em república, tinha a sensação de que só podia usar o meu quarto, não me sentia à vontade para comprar algo para casa, como uma decoração. Claro, podia usar os cômodos compartilhados, mas não me sentia num lar. A relação era sempre de usar o menos possível, se não usasse a cozinha melhor. Então, acho que um lar tem a ver com me sentir à vontade e com a liberdade para poder decorar e limpar, ou seja, cuidar do espaço. Passei por tantos lugares com essa dinâmica que hoje estou feliz de poder organizar a casa do meu jeito. É uma sensação boa. (OSÓRIO, Gina Paola. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia “Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas”).

No site Easy Quarto eu encontrei um post que dizia “República para imigrantes”, e assim eu cheguei numa casa para 30 pessoas. Era uma vaga, não um quarto, cobravam 350 reais para dividir o quarto com três meninas. A gente tinha um armário minúsculo com uma chave e um armário na cozinha, era tudo bem encaixadinho. Eu morei nessa república cinco ou seis meses, depois eu fui para uma pensão também no Butantã. (COHEN, Nilen. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia “Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas”).

Para mim, ter uma casa é arrumar e decorar como eu quero, poder fechar a porta do meu quarto e poder receber amigos. Aqui em casa tudo é mexicano, eu carrego muitas memórias. Tenho um tapete de bordado mexicano, mas também tenho uma colcha da Síria de quando morei lá. Para mim, o espaço decorado remete ao México. É muito importante que a minha decoração seja dos lugares que eu sou e de onde eu morei. (GUDIÑO, Dania. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista

concedida à monografia “Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas”).

Ao serem questionadas sobre o que faz da casa um lar, as respostas das interlocutoras falavam sobre cuidado, sociabilidade, identidade e conforto. Outra questão recorrente nos relatos foi a falta de intimidade nas experiências de moradia em repúblicas ou pensões. Essa prática de alugar um quarto em casas compartilhadas onde, muitas vezes, os espaços comuns da casa — cozinha e sala — têm seus acessos limitados parece dificultar uma relação de pertencimento com o ambiente que se habita, associando a moradia à experiência de uma hospedagem temporária como de uma viagem, e não do espaço onde se reside.

Eu queria morar no centro da cidade por ser um ponto estratégico e não precisar gastar muito com transporte, pesquisei e encontrei um quarto na República para dividir com uma menina da Bahia. Quando eu cheguei, me avisaram que estavam sublocando e que eu precisava sair. Então eu fui para uma pensão na Avenida São João. Nessa pensão eu conheci a Rebeca, do Recife, mas era só um quarto, não tinha cozinha. Tinha um senhor que era responsável pela casa e por ele ter toque a gente não podia abrir as janelas. Ele colocava umas cortinas escuras para não entrar luz. O quarto fazia parte do apartamento que ele morava, mas tinha dividido para alugar, então quando queríamos cozinhar pedíamos a chave dele. Eu comia muito mal. Depois me mudei para um pensionato com oito velhinhas na Santa Cecília. Elas eram muito higiênicas, o que era bom, mas no quarto eram três camas, e como já estavam surdas, cada cama tinha uma televisão. Elas ligavam todas as televisões na mesma hora. Do pensionato eu mudei para um apartamento onde eu tinha um quarto só para mim, e a minha condição de vida melhorou muito, apesar de não ser fácil morar na casa das pessoas. Com o meu companheiro alugamos uma quitinete na Marechal Deodoro, esta foi a primeira vez que eu tive uma casa depois de seis anos morando em São Paulo.

Depois alugamos um apartamento, um espaço que tinha janelas com entrada de luz, primeira vez que morei com qualidade. Por muitos anos eu não tive privacidade nem autonomia. (GUDIÑO, Dania. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia “Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas”).

Eu sempre carreguei comigo alguns elementos de identidade, a minha bolsa bordada da Colômbia, meus tambores. Eu tenho umas penas que eu ganhei de presente de uma comunidade indígena no Brasil e eu carreguei comigo, me remete à Amazônia colombiana. Carreguei comigo elementos que me fazem entender que eu sou de lá e agora também aqui. Além disso, a dança, a cumbia é algo muito nosso. Aqui em casa nós não temos um sofá, eu ocupo a sala para dançar e assim me faz sentir que é meu lar. (VILLALOBOS, Andrea. Entrevista [ago. 2020]. Entrevistadora: Lara Girardi Caitano, São Paulo, 2020. Entrevista concedida à monografia “Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas”).

No campo da psicologia ambiental, o estudo do fenômeno do enraizamento está intimamente ligado à noção de lar e à relação de tempo que se permanece em determinado espaço, assim como, no constante emprego de sentido ao contexto habitado (MASSOLA; SVARTMAN, 2018). A construção de um lar estaria nos vínculos físico-espaciais e sociais que se criam com o ambiente.

Os aspectos identitários e psicossociais desta relação com o passado são também fundamentais para esta discussão. Algumas pesquisas em psicologia social revelaram que a experiência de um lar está intimamente relacionada à experiência de receptividade que cada pessoa pode viver em companhia de outros humanos. Sem esta experiência inicial de acolhimento pelos outros, dificilmente uma criança poderia experimentar sua

própria casa como espaço de segurança e pertencimento. (GONÇALVES FILHO, 1998b apud MASSOLA; SVARTMAN, 2018, p.298).

Na vivência da população imigrante, o conceito de “enraizamento” é utilizado para refletir a respeito do processo de apropriação do novo território, em que a noção de se sentir enraizada está estreitamente associada às relações vividas com outras pessoas. Tal ideia foi identificada nas falas das interlocutoras que, por vezes, contam sobre as relações que constituem com colegas de casa, comparando-as com familiares.

Tornar um espaço seu espaço próprio é resultado de um conjunto de práticas que deriva de uma contínua atribuição de significado a esse lugar. Nesse procedimento de conferir valor ao ambiente e conceber um lar, Henri Lefèbvre aborda a camada poética e simbólica dos objetos pessoais: “Os objetos de bom e mau gosto, saturando ou não o espaço da habitação, formando ou não sistemas, até os mais horríveis bibelôs (o kitsch) são a derrisória poesia que o ser humano se dá para não cessar de ser poeta” (LEFÈBVRE, 1970 apud SEGAUD, 2016, p.101). A partir da relação com os objetos pessoais, interessou à pesquisa saber de que forma eles operam na manutenção de cultura de origem e/ou na construção do sentimento de pertencimento na vivência das interlocutoras. Ao mesmo tempo, questionou-se a respeito das atividades desempenhadas na casa que também remetessem à memória e ao pertencimento. Os trechos selecionados evidenciaram uma ocupação do espaço marcada por aspectos de memória e identidade cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: MULHERES EM MOVIMENTO E O HABITAR NA EXPERIÊNCIA DE DESLOCAMENTO

O território pode ser considerado espaço da identidade, comunicação, cultura e memória (VÉRAS, 2017), no qual a casa e a cidade — espaço íntimo e exterior — são lugares de encontro e de disputa de diferentes vozes. As mulheres migrantes, ao deslocarem-se por entre as fronteiras nacionais, territórios urbanos e domésticos, constituem uma

vivência que incorpora aspectos identitários do país de origem com o de acolhida. Dessa forma, em suas trajetórias, carregam parte de cada território habitado.

Como foi possível verificar, uma forma de ocupar e pertencer ao território da cidade é através de manifestações culturais, como a dança e a música, que são realizadas pelas interlocutoras em espaços públicos. Nesses momentos, é possível ver marcadamente que as mulheres migrantes reivindicam seus espaços de expressão e o direito de participarem da construção da vida cotidiana do território que habitam, assim como estabelecer o sentimento de pertencer. Apesar das diferenças nos contextos migratórios entre as interlocutoras, percebe-se, nos relatos, que a construção do sentimento de pertencimento ao país ou às casas onde moram está associada à apropriação dos espaços através de suas culturas originárias. Seja por meio dos objetos pessoais — bolsas colombianas, instrumentos andinos, pinturas e bordados mexicanos — ou nos usos da casa para dançar, tocar, ensinar, cozinhar e receber. Assim, a forma como ocupam os espaços se dá através de suas memórias e identidades culturais.

Ao investigar o habitar na experiência de mulheres em movimento, formas distintas de relação com o espaço foram perpassadas. Através da escuta de suas trajetórias, foi possível entender que, na ocupação do espaço público e privado, as interlocutoras estabelecem redes de troca e afeto que não somente auxiliam nos processos migratórios, mas também nutrem um sentimento de identidade e comunidade dentro do contexto em que se encontram. É também por meio desses vínculos que essas migrantes se reconhecem como agentes de transformação e de reivindicação de seus direitos.

NOTAS

1. Esse fenômeno fala especificamente sobre três processos: o aumento no número de mulheres que migram, uma maior visibilidade da migração feminina e a mudança de perfil das migrantes. Em função desses processos mencionados, as pesquisas têm se dedicado a apresentar mulheres migrantes não mais como acompanhantes, mas como protagonistas em suas experiências, estejam elas acompanhadas ou em um projeto migratório individual.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n.3, p.745-772, set. -dez. 2007.
- BAENINGER, Rosana. Migrações Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino et al (Org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" — Nepo/U
- BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katál*, Florianópolis, v.21, n.2, p.313-323, maio-ago. 2018.
- BRANDINO, Géssica. Moradia e documentação: desafios diários enfrentados por refugiados e imigrantes em busca de uma vida digna. *Caminhos do refúgio*, 21 jun. 2015. Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/moradia-e-documentacao-desafios-diaros-enfrentados-por-refugiados-e-imigrantes-em-busca-de-uma-vida-digna/>. Acesso em: nov. 2020.
- CAITANO, Lara Girardi. *Corpos que dançam fronteiras e habitam territórios: a casa na experiência migratória de mulheres latino-americanas*. 2020. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Escola da Cidade, São Paulo, 2020.
- CDHIC — Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. *Mulheres migrantes e refugiadas trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo e Região Metropolitana*. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.cdhic.org.br/_files/ugd/cood30_eod45d4doob144fd96b53e6362fo86e3.pdf. Acesso em: nov. 2020.
- CYMBALISTA, Renato; ROLNIK, Lara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n.17, p.119-133, 2007.
- DUTRA, Délia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v.21, n.40, p.177-193, jan.-jun. 2013a.
- DUTRA, Délia. *Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília*. São Paulo/Brasília: OJM/CSEM, 2013b.
- DUTRA, Délia. *Migrações femininas contemporâneas: os desafios e as singularidades*. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília — CSEM, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Migra%C3%A7%C3%B5es_femininas_contempor%C3%A2neas_Delia_Dutra.pdf. Acesso em: maio 2022.
- FEDERICI, Sílvia. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- HEYNEN, Hilde; BAYDAR, Gülsüm. *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*. London: Routledge, 2005.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*, Brasília, v.26, n.52, p.75-94, abr. 2018.
- MASSOLA, Gustavo Martineli; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.23, n.3, p.293-305, jul.-set. 2018.
- MIRANDA, Joana. Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas? In: NEVES, Sofia (coord.). *Gênero e Ciências Sociais*. Portugal: Edições ISMAI, 2011. p.197-214.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; LIRA, José Tavares Correia de; RUBINO, Silvana Barbosa (Org.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: CPC/Edusp, 2017.
- ONU. *International Migration Report 2015*, 2016.
- ONU. *Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado*, 2010.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.11, n.2, 2008.
- RUBBO, Anna. Housing Histories: A Way of Understanding the Social and Personal Meaning of the Domestic Environment. *Making Room: Women and Architecture*, Heresies 11, New York, v.3, n.3, p.39-41, 1981.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal no 16.478, de 8 de julho de 2016. *Política Municipal para a População Imigrante*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2016_ley16.478_bra.pdf. Acesso em: nov. 2020.
- SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Editora Sesc, 2016.
- SILVA, Sidney A. *Faces da latindade: hispano-americanos em São Paulo*. Textos Nepo — 55. Campinas: Nepo Publicações/Unicamp, 2008.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, n.114, p.45-54, 2017.
- VIEIRA, Eloah. Entre Brasil e Bolívia: o trabalho doméstico a partir da experiência migratória de mulheres bolivianas em São Paulo. *Equatorial*, Natal, v.7, n.12, jan.-jun. 2020.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade em 2020.

lgirardic@gmail.com